

DUCESP
12 11 15

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA,
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO,
DA NATURAL ONE S.A.

Entre

NATURAL ONE S.A.
como Emissora

RICARDO ERMÍRIO DE MORAES
OPTIPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.
como Fiadores

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário

datado de 29 de outubro de 2015



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA NATURAL ONE S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

NATURAL ONE S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 91, sala B, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.192.116/0001-81, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia" ou "Emissora");

RICARDO ERMÍRIO DE MORAES, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 8.471.255-SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 042.879.868-30, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 91, sala B, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 ("Ricardo");

OPTIPAR PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 91, sala B, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.293.753/0001-19, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Optipar" e, em conjunto com Ricardo, "Fiadores"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora e com os Fiadores, "Partes").

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Natural One S.A." ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 26 de outubro

2

2

JUCESP
12 11 15

de 2015 ("AGE da Emissora"), nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. A constituição das Garantias, conforme descritas na Cláusula 4.4 abaixo, foram aprovadas pela Optipar, com base na deliberação da Reunião de Sócios da Optipar, realizada em 26 de outubro de 2015 ("ARS da Optipar").

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada: (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"); e (ii) no jornal "O Dia – São Paulo", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da ARS da Optipar de que trata a Cláusula 1.2 acima será arquivada na JUCESP e será publicada: (i) no DOESP; e (ii) no jornal "O Dia – São Paulo".

2.1.2. Arquivamento e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo seu pedido ser protocolado na JUCESP pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s), e assim que obtido referido arquivamento a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário as respectivas vias, em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo arquivamento na JUCESP.

2.1.2.2. Em virtude da fiança prestada pelos Fiadores em benefício dos Debenturistas, nos termos do artigo 129, item 3º, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos: (i) da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"), em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura desta Escritura.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela

DUCE SP
12 11 15

CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e (b) negociação no mercado secundário, observado o disposto nas Cláusulas 3.7.2 e 3.7.3 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. A Oferta poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 3 de fevereiro de 2014. Entretanto, o registro aqui tratado está condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta pelo Coordenador Líder, de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do referido Código.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a indústria, o comércio e a exportação de bebidas; (ii) a importação de matéria-prima e de insumos para a fabricação de bebidas; (iii) o desenvolvimento e o licenciamento de marcas; (iv) a concessão de franquias; (v) a fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados; e (vi) a fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.4. Banco Liquidante e Escriturador

3.5. A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devidamente qualificada no preâmbulo da presente Escritura, atuará como banco liquidante (“Banco Liquidante”) e escriturador das Debêntures (“Escriturador”), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures.

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão serão destinados ao investimento na melhoria de seu processo produtivo através da compra de novo equipamento de

DUE SP
12 11 15

fabricação da Krones AG, bem como no alongamento do perfil da dívida da Emissora através da liquidação de empréstimo ponte contratado com o Banco Santander (Brasil) S.A. O equipamento e o empréstimo ponte estão descritos no Anexo I desta Escritura.

3.7. Negociação

3.7.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas: (i) entre Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos; e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 15 e 13 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.7.2. São considerados Investidores Qualificados aqueles definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), quais sejam ("Investidores Qualificados"): (i) Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo); (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam Investidores Qualificados.

3.7.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas, previstas no inciso II do artigo 9-B da Instrução CVM 539, que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.8. Distribuição e Colocação

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos somente entre Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), por meio do MDA, conforme termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Natural One S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

3.8.2. A distribuição pública terá como público alvo Investidores Profissionais. Nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, são considerados investidores profissionais ("Investidores Profissionais"): (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que,

DUCE SP
12 11 15

adicionalmente, atestem por escrito sua condição de Investidor Profissional mediante termo próprio, elaborado de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

3.8.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o §1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.8.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA, mas que poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures e da Emissora, bem como sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das garantias previstas na Cláusula 4.5 abaixo.

3.8.5. Não existirão reservas antecipadas aos Investidores Profissionais, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.8.6. Poderá ser constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.8.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

3.8.8. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

30/08/2015
12:11:15

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 06 de novembro de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 06 de novembro de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3.1 abaixo e resgate antecipado previsto na Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculados conforme as Cláusulas 4.5 e 4.6 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.



4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e adicional fidejussória.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, dentro do prazo de distribuição, de acordo com o disposto nos artigos 7º-A e 8º, §2º da Instrução CVM 476.



7

DUCESP
12 11 15

limitando, ao pagamento fiel, pontual e integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora, inclusive àquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como, quando houver, verbas indenizatórias, despesas judiciais e extrajudiciais, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido" ou "Obrigações Garantidas"), renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 1 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil") ("Fiança" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária, "Garantias").

4.5.2.1. O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 5 (cinco) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

4.5.2.2. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer quaisquer medidas executórias, seja no âmbito extrajudicial ou judicial, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.5.2.3. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por quaisquer valores honrados nos termos da fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.5.2.4. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.5.2.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.5.2.6. A Fiança é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos.

4.5.2.7. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas e/ou compartilhadas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

DUCE SP
12 11 15

4.5.2.8. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.6. Remuneração

4.6.1. As Debêntures renderão juros a taxa correspondente à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over* Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a data da primeira integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização das Debêntures, inclusive, até o término do Período de Capitalização das Debêntures, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

DUCE SP
12 11 15

onde:

n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread Spread, ou sobretaxa, equivalente a 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), informado com 4 (quatro) casas decimais; e

DP número de dias úteis entre a data da primeira integralização das Debêntures ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

DUCE SP
12 11 15

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.1.1. No caso de indisponibilidade temporária de até 10 (dez) Dias Úteis da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelo Agente Fiduciário, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over respectiva.

4.6.1.2. No caso de indisponibilidade da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI-Over") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI-Over, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI-Over, será utilizada então a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com data de vencimento igual ou mais aproximada possível da Data de Vencimento desta Escritura, conforme apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

4.7. Pagamento da Remuneração

4.7.1 A Remuneração será paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido em 06 de dezembro de 2015 e o último na Data de Vencimento (cada uma das datas de pagamento da Remuneração, "Data de Pagamento da Remuneração"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3.1 abaixo e resgate antecipado previsto na Cláusula 5.2 abaixo acima. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" o intervalo de tempo que se inicia na data de integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.8 Repactuação Programada

4.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.1. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.8.2 O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas mensais, iguais e consecutivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) a contar da Data de Emissão, ou seja, em 06 de dezembro de 2016, conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização das Debêntures"):

DUCSP
12 11 15

Datas da Amortização das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
06/12/2016	2,083%
06/01/2017	2,083%
06/02/2017	2,083%
06/03/2017	2,083%
06/04/2017	2,083%
06/05/2017	2,083%
06/06/2017	2,083%
06/07/2017	2,083%
06/08/2017	2,083%
06/09/2017	2,083%
06/10/2017	2,083%
06/11/2017	2,083%
06/12/2017	2,083%
06/01/2018	2,083%
06/02/2018	2,083%
06/03/2018	2,083%
06/04/2018	2,083%
06/05/2018	2,083%
06/06/2018	2,083%
06/07/2018	2,083%
06/08/2018	2,083%
06/09/2018	2,083%
06/10/2018	2,083%
06/11/2018	2,083%
06/12/2018	2,083%
06/01/2019	2,083%
06/02/2019	2,083%
06/03/2019	2,083%
06/04/2019	2,083%
06/05/2019	2,083%
06/06/2019	2,083%
06/07/2019	2,083%
06/08/2019	2,083%
06/09/2019	2,083%
06/10/2019	2,083%
06/11/2019	2,083%
06/12/2019	2,083%

DOESP
12 11 15

06/01/2020	2,083%
06/02/2020	2,083%
06/03/2020	2,083%
06/04/2020	2,083%
06/05/2020	2,083%
06/06/2020	2,083%
06/07/2020	2,083%
06/08/2020	2,083%
06/09/2020	2,083%
06/10/2020	2,083%
06/11/2020	Saldo

4.9 Publicidade

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "O Dia – São Paulo", sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.10 Condições de Pagamento

4.10.1 Local de Pagamento e Tratamento Tributário

4.10.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem depositadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.10.1.2 Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.10.2 Contagem e Prorrogação dos Prazos

4.10.2.1 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, "Dia Útil" significa qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.10.2.2 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se na data de

DUCE SP
12 11 15

vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de Jarinu, Estado de São Paulo e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou declarado feriado nacional.

4.10.3 Encargos Moratórios

4.10.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.10.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.10.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO OU AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 De acordo com o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido): (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

5.1.1.1 Para efeitos da presente Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de, para fins de apuração de quórum de Assembleia Geral de Debenturistas: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

DUCE SP
12 11 15

5.2. Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada

5.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo e observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, realizar resgate antecipado facultativo total das Debêntures, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização das Debêntures ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data de Resgate das Debêntures (conforme definido abaixo), dos Encargos Moratórios, se houver e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura relativamente às Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures").

5.2.2. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures somente poderá ocorrer mediante envio de comunicação dirigida ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do efetivo resgate antecipado das Debêntures ("Comunicação de Resgate das Debêntures" e "Data de Resgate das Debêntures", respectivamente), a ser realizada pela Emissora, sendo que a Data de Resgate das Debêntures deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures resgatadas deverão ser liquidadas na Data de Resgate das Debêntures.

5.2.3. Na Comunicação de Resgate das Debêntures deverá constar a Data de Resgate das Debêntures e quaisquer outras informações que, a critério da Emissora, sejam necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.2.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5.2, serão obrigatoriamente canceladas.

5.2.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito: (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.2.6. A CETIP e o Escriurador deverão ser comunicados pela Emissora da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à Data de Resgate das Debêntures da 1ª Série.

5.2.7. Não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional em caso de Resgate Antecipado das Debêntures.

5.2.8. As Debêntures não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa ou resgate antecipado parcial.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da presente Escritura e exigir o pagamento pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 5.3.2 abaixo, do saldo do Valor Nominal Unitário

DUCE SP
12 11 15

acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data da primeira integralização das Debêntures ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

(a) não pagamento pela Emissora e/ou pelos Fiadores, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nos termos desta Escritura;

(b) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pelos Fiadores de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de cura específico ou, em sua ausência, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento;

(c) (i) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora, da Optigera e/ou da Optipar; (ii) pedido de autofalência da Emissora, da Optigera e/ou da Optipar; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, da Optigera e/ou da Optipar e não devidamente elidido por estas no prazo legal; (iv) propositura, pela Emissora, pela Optigera e/ou pela Optipar, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela Emissora, pela Optigera e/ou pela Optipar, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do respectivo pedido;

(d) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora e/ou pelos Fiadores nesta Escritura;

(e) inadimplemento de obrigações pecuniárias de responsabilidade da Emissora, dos Fiadores e/ou da Optigera, inclusive no exterior, decorrente(s) de títulos, contratos financeiros, empréstimos ou qualquer outra dívida financeira: (i) perante qualquer instituição financeiras integrantes do sistema financeiro nacional ("Instituição Financeira"); ou (ii) perante terceiros, exclusive as Instituições Financeiras, e neste caso específico, cujo valor individual ou agregado supere R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(f) protesto de títulos contra a Emissora, a Optigera e/ou os Fiadores, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), salvo se a devida e tempestiva comprovação de quitação, garantia, sustação, cancelamento, extinção ou suspensão no prazo legal seja apresentada ao Agente Fiduciário;

(g) descumprimento, pela Emissora, pela Optigera e/ou pelos Fiadores, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida por juízo competente contra a Emissora, a Optigera e/ou os Fiadores, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(h) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora, da Optigera e/ou dos Fiadores decorrente(s) de títulos, contratos financeiros, empréstimos ou qualquer outra dívida financeira, inclusive no exterior, cujo valor individual ou agregado supere R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(i) mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Emissora e/ou da Optipar, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem,

DUCE SP
12 11 15

no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se envolver empresas do mesmo grupo econômico e desde que os atuais controladores indiretos finais da Emissora mantenham, direta ou indiretamente, o controle acionário/societário da Emissora. Entende-se por "controle" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer reorganização societária envolvendo a Emissora, a Optigera e/ou a Optipar, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto: (i) por cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer reorganização societária envolvendo sociedades controladas pela Emissora, pela Optigera, pela Optipar ou suas subsidiárias, desde que a Emissora, a Optigera e/ou a Optipar permaneçam na condição de controladora ou subsidiária; (ii) pela incorporação, pela Emissora, a Optigera e/ou pela Optipar, de modo que a Emissora, a Optigera ou a Optipar seja a incorporadora, de qualquer controlada da Emissora, da Optigera, da Optipar ou subsidiária; e (iii) pela constituição de uma nova sociedade para o desenvolvimento das atividades relacionadas às bebidas alcoólicas, por meio da transferência pela Emissora para tal sociedade das marcas e patentes descritas no item "(o)" desta Cláusula;

(k) transformação do tipo societário da Emissora, da Optigera e/ou da Optipar, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(l) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora e/ou da Optigera, e no contrato social da Optipar, de forma a alterar as suas atuais atividades principais, ou agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;

(m) pagamento, pela Emissora e/ou pela Optipar, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, caso a Emissora e/ou a Optipar esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(n) redução do capital social da Emissora e/ou da Optipar sem prévia anuência de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) se a Emissora e/ou a Optipar alienar, onerar, gravar ou oferecer em garantia a terceiros, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa de Debenturistas, excetuando-se: (i) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; (ii) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios; (iii) equipamentos ou outros bens de seu ativo com valor individual ou agregado inferior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais); e (iv) as patentes/pedidos de registro perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") listados no Anexo II desta Escritura;

(p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura, sem prévia

JUCESP
12 11 15

anuência de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;

(q) destinação aos recursos captados pela Emissão de forma diversa do disposto na Cláusula 3.6.1 acima;

(r) cancelamento, rescisão ou declaração judicial ou decisão arbitral de invalidade, ineficácia, inexecutabilidade ou nulidade total ou parcial desta Escritura ou de qualquer obrigação assumida pela Emissora e/ou pelos Fiadores, perante os Debenturistas, prevista nesta Escritura;

(s) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal, declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à Emissão;

(t) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda da propriedade ou posse direta de bens ou ativos que possa causar: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira, nos negócios, nos bens ou nos resultados operacionais da Emissora, da Optigera e/ou da Optipar; ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora, da Optigera e/ou dos Fiadores de cumprir suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura;

(u) concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos pela Emissora e/ou pelos Fiadores a quaisquer terceiros, excetuados mútuos e adiantamentos celebrados entre a Emissora e quaisquer de suas sociedades controladas ("Controladas") e/ou controladoras ("Controladoras"), considerando a definição de controle estabelecida no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) autuações da Emissora, da Optipar e/ou de qualquer das Controladas e/ou Controladoras, pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, ou ainda, descumprimento de quaisquer procedimentos extrajudiciais, que possa vir a afetar de maneira relevante a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, da Optigera e/ou da Optipar, exceto: (i) se, no prazo legal, for apresentada defesa ou, alternativamente; (ii) se, no prazo legal, for interposto recurso ou impugnação, conforme o caso; ou ainda, (iii) se nesse mesmo prazo for comprovado que a mesma foi cancelada;

(w) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, da Optigera e/ou da Optipar, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente a outras moedas, exceto se, no prazo legal, contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, sequestro ou penhora foi substituído por uma outra garantia, que seja aceitável a exclusivo critério dos Debenturistas;

(x) não pagamento, pela Emissora, do valor integral devido no âmbito da Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 00330785300000002630 ("CCB"), conforme descrita no Anexo I à presente Escritura, com a consequente liberação de quaisquer gravames ou garantias relacionados à CCB, até a data de subscrição e integralização das Debêntures; e

(y) não manutenção, durante toda a vigência da Emissão, pela Emissora: (a) do índice financeiro indicado a seguir, o qual deverá ser apurado anualmente, sendo a primeira apuração com base nas informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;

JUCESP
12 11 15

e (b) do endividamento máximo indicado a seguir, durante o prazo de vigência desta Escritura e das Debêntures:

- (i) Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 2,0x.
- (ii) endividamento máximo equivalente a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Para fins desta Escritura:

"Dívida Financeira Líquida" significa a dívida financeira bruta total subtraída da posição de caixa e aplicações financeiras, em bases consolidadas, apurado no balanço anual da Emissora e validado por auditor externo;

"Dívida Bruta" significa o somatório de todos os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo; e

"EBITDA Ajustado" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e da participação de acionistas não controladores.

5.3.1.1 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (c), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (m), (n), (o), (p), (q), (s) e (x) acima, que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.3.1.2 Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, ou do fim do período de cura, conforme o caso, uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida Assembleia Geral de Debenturistas por Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

5.3.1.3 Única e exclusivamente nas hipóteses: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.3.1.2 acima por falta de quorum após a segunda convocação; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade dos Debenturistas prevista na Cláusula 5.3.1.2 acima por Debenturistas representantes de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração,

DUCESP
12 11 15

calculados *pro rata temporis*, desde a data da primeira integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além da Remuneração devida serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

5.3.3 Diante de ocorrência de eventos de vencimento antecipado automático, nos termos da Cláusula 5.3.1.1 acima, ou, no caso de decretação em AGD de eventos de vencimento antecipado não automáticos, deverá ser a CETIP comunicada sobre o respectivo pagamento com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

6.1 Observadas as demais disposições desta Escritura e sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, estão obrigados a:

(i) cumprir integralmente com todas as suas obrigações previstas na presente Escritura, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta exclusivamente para os fins descritos na Cláusula 3.6.1;

(ii) a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, relatório da memória de cálculo dos índices financeiros indicados na Cláusula 5.3.1 (y) contendo a rubricas utilizadas para a sua apuração, bem como declaração assinada por qualquer dos Diretores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

(iii) fornecer ao Agente Fiduciário: (a) em até 5 (cinco) Dias Úteis de sua ocorrência, avisos aos Debenturistas; e (b) em até 2 (dois) Dias Úteis, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;

(iv) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial, recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento;

(v) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

(vi) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação

DUCE SP
12 11 13

ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;

(vii) não revelar informações relativas à Oferta, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), bem como abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, de utilizar as informações referentes à Oferta, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta;

(viii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;

(ix) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, fornecer resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, bem como da CVM e da CETIP, sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em prazo diverso;

(x) enviar à CVM informações periódicas e eventuais, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes e que não induzam o investidor a erro, nos termos da Instrução CVM 480, bem como observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), conforme aplicável, apresentando nos prazos legais ao público, na medida em que a Emissora esteja legalmente obrigada, as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM e preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;

(xi) comunicar, até 2 (dois) Dias Úteis à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência quanto ao cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;

(xii) abster-se de negociar, até o envio do comunicado de encerramento, com valores mobiliários de sua emissão e da mesma espécie desta Oferta, conforme definido abaixo, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;

(xiii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o seu respectivo prazo de vigência, arcando com os custos dos referidos registros;

(xiv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

DUCE SP
12 11 15

- (xv) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xvii) manter seus bens adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme práticas usualmente adotadas;
- (xviii) contratar e manter contratados os prestadores de serviços necessários, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP;
- (xix) efetuar o recolhimento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, pelos quais seja responsável, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xx) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Optigera e pela Optipar;
- (xxi) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xxii) cumprir e fazer com que a Optigera e a Optipar cumpram, em todos os seus aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto: (i) por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e (ii) por descumprimentos que, cumulativamente: (a) não venham a afetar adversamente, em relação à Emissora, à Optigera e à Optipar: condição econômica e financeira, resultados operacionais e atividades; e (b) não causem o inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, decorrente desta Escritura e/ou de qualquer dívida da Emissora;
- (xxiii) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxiv) convocar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário, nos termos da presente Escritura, não tenha convocado no prazo aplicável;
- (xxv) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xxvi) enviar os atos societários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social; e
- (xxvii) atender integralmente as obrigações emanadas pela CVM, especialmente as previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

DUCEAP
12 11 15

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

DUCE SP
12 11 15

(vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;

(x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;

(xi) que na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a Alienação Fiduciária será constituída e exequível após a devida averbação no livro de registro de ações e o devido registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo certo que a Alienação Fiduciária é, após a sua devida constituição, insuficiente para arcar com eventual inadimplemento da Emissora, uma vez que representa 21,14% (vinte e um inteiros e quatorze centésimos por cento) do volume da Emissão, na data de assinatura desta Escritura, considerando o valor patrimonial das ações com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2015; e

(xii) além da presente Emissão, o Agente Fiduciário não atua, nesta data, na qualidade de prestador de serviços de agente fiduciário, em outras emissões de debêntures da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo.

7.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

JUCESP
12 11 15

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

- **7.3.8** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
- **7.4** Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
 - (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, e às expensas desta, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

JUCESP
12 11 15

(vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(x) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;

(xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) amortização do Valor Nominal Unitário, pagamento e repactuação, se o caso, da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

DUCEAP
12 11 13

- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde esta deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xviii) caso tenha ciência de qualquer evento de inadimplemento, solicitar imediatamente à CETIP a relação de Debenturistas, bem como notifica-los, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias ou em prazo menor, caso tenha acesso à relação e dados dos Debenturistas, contados da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

DUCE SP
12 11 15

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.2, esta assim o autorizar.

7.7 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), pela Emissora, sendo devida a primeira parcela no 5º (quinto) dia contado da celebração desta Escritura, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.7.1 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.2 Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (CSLL) Contribuição Social sobre o Lucro; (IRRF) Imposto de Renda Retido na Fonte e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

7.7.3 As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

7.7.4 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à: (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias, (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à

DUCE SP
12 11 15

Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração: (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.7.5 No caso de celebração de aditamentos à presente Escritura, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

7.7.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.7 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

7.7.8 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.9 A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.7.10 No caso de ocorrência de Evento de Inadimplemento, todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas, taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8 As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em

DUCESP
12 11 15

defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e envio dos respectivos comprovantes de pagamento.

7.9 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme definido abaixo, especialmente convocada para esse fim.

7.11 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o artigo 71 da Lei de Sociedade por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

DUCESP
12 11 15

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, observando-se que será considerada regular a AGD a que comparecerem todos os Debenturistas, independentemente de convocação.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações, incluindo a alteração nas cláusulas ou condições aqui previstas, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

8.9 A alteração das cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures, as alterações de quóruns, prazos, datas de pagamento, valor, espécie e forma das Debêntures, a redução da Remuneração, a amortização (além do previsto nesta Escritura) e a criação de evento de repactuação ou de resgate antecipado facultativo dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.9.1 A concessão de renúncia ou perdão temporário (*waiver*), previamente à ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações estabelecidas nesta Escritura e nas Garantias ou para fins de não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures, deverá ser aprovado por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.10 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

8.11 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* e termos estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como vincularão a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9 DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

9.1 A Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, neste ato, declaram e garantem que:



JUCESP
12 11 15

(a) a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, e a Optipar é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade empresária limitada, de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus objetos sociais;

(b) estão devidamente autorizados a celebrar e obtiveram, conforme aplicável, todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração da presente Escritura e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

(c) as pessoas que os representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

(d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;

(f) a celebração, os termos e as condições desta Escritura: (1) não infringem os documentos societários da Emissora e da Optipar; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora e dos Fiadores que afete, de maneira adversa e material, as obrigações assumidas nesta Escritura, desde que a Emissora e os Fiadores tenham sido cientificados nos termos da lei; e (4) não resultarão em: (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Emissora e/ou dos Fiadores;

(g) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o registro da Escritura e das atas da AGE da Emissora e da ARS da Optipar na JUCESP e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

(h) exceto por obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial, a Emissora e a Optipar estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, que sejam relevantes e aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento gere qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora e/ou dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura ("Efeito Adverso Relevante");

(i) até a presente data, nem a Emissora, a Optigera e/ou a Optipar e, no seu conhecimento tampouco seus respectivos diretores e membros de conselho de administração incorreram nas

A

Y

JUCESP
12 11 15

seguintes hipóteses, bem como declara a ciência de que não podem: (i) ter utilizado ou utilizar recursos próprios para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa à atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político), a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer lei Anticorrupção; ou (vi) ter realizado ou realizar um ato de corrupção ou qualquer pagamento de valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido;

(j) desconhecem a existência de: (1) descumprimento de qualquer disposição contratual ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação judicial ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental: (i) que possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora e dos Fiadores de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar esta Escritura;

(k) não há qualquer ligação entre a Emissora, os Fiadores e o Agente Fiduciário que no seu conhecimento possa impedir o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

(l) a Emissora e a Optipar cumprem as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, não tendo conhecimento de qualquer descumprimento que possa causar um Efeito Adverso Relevante às suas atividades ou à Emissão;

(m) manterão em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora, à Optigera e à Optipar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(o) a Emissora e a Optipar possuem nesta data todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, exceto no que se referir a licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Efeito Adverso Relevante para as suas atividades ou situação financeira;

JUCESP
12 11 15

(p) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a sua posição financeira naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;

(q) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, da qual a Emissora tenha sido citada ou notificada, que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Emissora;

(r) não omitiram nem omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua em prejuízo dos Debenturistas;

(s) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura; e

(t) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, e com a forma de cálculo da Remuneração, a qual foi estabelecida por livre vontade da Emissora e dos Fiadores, em observância ao princípio de boa-fé; e

10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Natural One S.A.

End.: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1726, conjunto 91, Vila Nova Conceição

CEP 04543-000, São Paulo/SP

At.: Sr. Valdenir Soares de Oliveira

Tel.: (11) 3053-7766

E-mail: soares@natone.com.br

(ii) Para os Fiadores:

Optipar Participações Ltda.

End.: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1726, conjunto 91, Vila Nova Conceição

CEP 04543-000, São Paulo/SP

At.: Sr. Valdenir Soares de Oliveira

Tel.: (11) 3053-7766

E-mail: soares@natone.com.br

Ricardo Ermírio de Moraes

End.: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1726, conjunto 91, Vila Nova Conceição

CEP 04543-000, São Paulo/SP

At.: Sr. Valdenir Soares de Oliveira

Tel.: (11) 3053-7766

E-mail: soares@natone.com.br

JUCESP
12 11 15

(iii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ CEP: 22640-100

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

E-mails: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(iv) Para o Banco Liquidante e Escriturador:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ CEP: 22640-100

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

E-mails: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes.

10.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

JUCESP
12 11 15

10.4 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.5 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.6 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.7 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 29 de outubro de 2015.

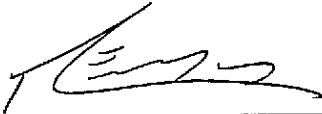
(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



JUCESP
12 11 15

(Página de assinaturas 1/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Natural One S.A.)

NATURAL ONE S.A.



Nome: Ricardo Ernesto de Moraes
Cargo: Presidente



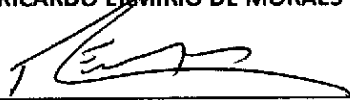
Nome: Valdemir Soares de Oliveira
Cargo: Promotor

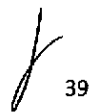


JUCESP
12 11 15

(Página de assinaturas 2/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Natural One S.A.)

RICARDO ERMÍRIO DE MORAES

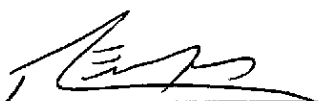


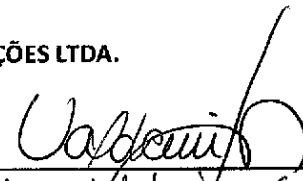


DUCE SP
12 11 15

(Página de assinaturas 3/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Natural One S.A.)

OPTIPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.


Nome: Ricardo Emílio de Moraes
Cargo: Diretor


Nome: Valdeir Soares de Oliveira
Cargo: Diretor

42

2

JUCESP
12 11 15

(Página de assinaturas 4/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Natural One S.A.)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: _____
Cargo: **Sonia Regina Menezes**
Procuradora


Nome: **Leonardo Caires P. Moreira**
Cargo: **Procurador**

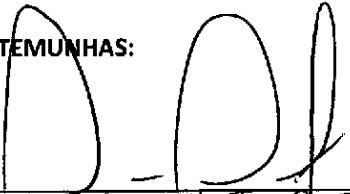
R


J

JUCESP
12 11 15

(Página de assinaturas 5/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Natural One S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: Carlos Alberto Pinto
RG: 34.197.874-0

2. 
Nome: Luciana Amador de Barros
RG: 16.680.387



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO FLÁVIA PESTANA BRITTO
SOB O NÚMERO SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO

ED001802-8/000



DUCE SP
12 11 15

ANEXO I

Equipamento adquirido

Combinação de máquinas para fabricação de frascos, envase asséptico de alimentos líquidos em garrafas PET, rotulação, embalagem coletiva e paletização, com capacidade de produção de até 31.000 frascos/h, com monitoramento através de CLP e painel de comando único composta de: 1 transportador de tampas; 1 esterilizador (rinser) de pré-formas por peróxido de hidrogênio com ou sem luz ultravioleta, com capacidade para esterilizar 31.000 frascos por hora; 1 máquina para moldar garrafas de PET (politereflato de etileno) por insuflação (sopradora) com 14 estações de sopro, com capacidade de produção de 31.000 frascos/h, com respectivos moldes, alimentador de pré-formas, resfriador (chiller) e 3 carrinhos para moldes; 1 Inspetor de preformas para verificar ovalidade e neck finish das preformas; 1 máquina automática rotativa, com controlador lógico programável (CLP), para envase e encapsulamento asséptico de líquidos em frascos plásticos, em ambiente estéril com filtros HEPA, em sistema de esterilização com peróxido de hidrogênio, com capacidade de produção compreendida de até 31.000 frascos/hora; 1 aparelho para inspeção de nível e de tampa, através de raio Gama para a inspeção de nível e por câmera para a inspeção de tampa; 1 secador com bicos de ar seco para secagem contínua de até 34.100 garrafas por hora; 1 rotuladora por cola a quente, com agregado de rotulagem corpo envolvente e agregado de rotulagem da tampa, com unidade de corte, para rotulagem de garrafas de 450, 900 e 1.500 ml; 1 aparelho para inspeção de rótulos operado por sensor; 1 datador de frascos por jato de tinta; 1 sistema de distribuição linear de frascos para até 4 canais; 1 máquina automática para embalar com película termorretrátil; 1 máquina paletizadora automática, robotizada para formação de paletes de dimensões máximas de 1.040 x 1.300 mm, com velocidade de até 225 camadas/hora; 1 envolvente de paletes; transportadores de frascos, pacotes e paletes para ligação entre as máquinas.

Empréstimo Ponte

Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 00330785300000002630, emitida pela Emissora, em 10 de agosto de 2015, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa de juros equivalente a 3,17% a.a. (três inteiros e dezessete centésimos por cento ao ano) e vencimento previsto para 23 de novembro de 2015.

JUCESP
12 11 15

ANEXO II

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem nas páginas seguintes o
Relatório de Marcas da Companhia.)*

an

h

γ

h

DUCE SP
12 11 15



RELATÓRIO DE MARCAS

CLIENTE: NATURAL ONE S.A.

Pág 1

PROCESSO: 1172422 DT DEP: 22/07/2010 CLASSE: 33 TIPO: NOMIN VIGÊNCIA: 22/07/2020
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 33-BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJAS).

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAIS: MEXICO

PROCESSO: 14697 DT DEP: 08/04/2010 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 08/04/2020
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 30-SORVETES, SOBREMESAS GELADAS E PREPARAÇÕES PARA SOBREMESAS.
32-SUCOS, INCLUINDO SUCO DE FRUTAS.
33-BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJAS)



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAIS: ANTILHAS HOLANDEAS

PROCESSO: 28632 DT DEP: 09/04/2010 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 08/04/2020
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA
ESPECÍFIC: 30-SORVETES, SOBREMESAS GELADAS E PREPARAÇÕES PARA SOBREMESAS.
32-SUCOS, INCLUINDO SUCO DE FRUTAS.
33-BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJAS)



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAIS: ARUBA

PROCESSO: 3917642 DT DEP: 07/05/2009 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 08/02/2021
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 30-SOBREMESAS GELADAS DE FRUTAS E CREMES OU EQUIVALENTES A CREMES.



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAIS: ESTADOS UNIDOS

PROCESSO: 3917643 DT DEP: 07/05/2009 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 08/02/2021
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 30-SOBREMESAS GELADAS DE FRUTAS E CREMES OU EQUIVALENTES A CREMES.



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAIS: ESTADOS UNIDOS

PROCESSO: 3920427 DT DEP: 30/04/2009 CLASSE: 33 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 15/02/2021
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 33-BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJAS, BEBIDAS ESPIRITUOSAS DESTILADAS).



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAIS: ESTADOS UNIDOS

JUCESP
12 11 15



RELATÓRIO DE MARCAS

CLIENTE: NATURAL ONE S.A.

Pág2

PROCESSO 3916320 DT. DEP.: 30/04/2009 CLASSE: 33 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 01/03/2021
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC.: 33-BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJAS, BEBIDAS ESPERITUOSAS DESTILADAS,



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAÍS: ESTADOS UNIDOS

PROCESSO 4126241 DT. DEP.: 13/08/2010 CLASSE: 30 TIPO: NOMIN VIGÊNCIA: 10/04/2022
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC.: 30-SOBREMESAS GELADAS CONTENDO FRUTAS E CREAME OU EQUIVALENTES A CREAMES, 32-CERVEJAS, ÁGUA MINERAL E COM GÁS E OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS; DRINKS DE FRUTAS, E SUÇO DE FRUTAS, BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS CONTENDO SUÇO DE FRUTAS, BEBIDAS NÃO

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAÍS: ESTADOS UNIDOS

PROCESSO 4230379 DT. DEP.: 22/03/2010 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 23/10/2022
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC.: 30-SOBREMESAS GELADAS CONTENDO FRUTAS E CREAME OU EQUIVALENTES A CREAMES, 32-CERVEJAS, ÁGUA MINERAL E COM GÁS E OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS; DRINKS DE FRUTAS E SUÇO DE FRUTAS; XAROPES E OUTROS PARA PREPARAÇÕES DE BEBIDAS,



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAÍS: ESTADOS UNIDOS

PROCESSO 4230380 DT. DEP.: 22/03/2010 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 23/10/2022
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC.: 30-SOBREMESAS GELADAS CONTENDO FRUTAS E CREAME OU EQUIVALENTES A CREAMES, 32-CERVEJAS, ÁGUA MINERAL E COM GÁS E OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS; DRINKS DE FRUTAS E SUÇO DE FRUTAS; XAROPES E OUTROS PARA PREPARAÇÕES DE BEBIDAS,



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAÍS: ESTADOS UNIDOS

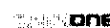
PROCESSO 8221073 DT. DEP.: 16/04/2009 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 16/04/2019
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC.: 30 SORVETES, SOBREMESAS GELADAS E SOBREMESAS PREPARADAS, SUÇOS INCLUINDO OS SUÇOS DE FRUTAS, 33 BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJAS) BEBIDAS ESPERITUOSAS DESTILADAS E BEBIDAS



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAÍS: COMUNIDADE EUROPEIA

PROCESSO 8221251 DT. DEP.: 16/04/2009 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 16/04/2019
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC.: 30 SORVETES, SOBREMESAS GELADAS E SOBREMESAS PREPARADAS, SUÇOS INCLUINDO OS SUÇOS DE FRUTAS, 33 BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJAS) BEBIDAS ESPERITUOSAS DESTILADAS E BEBIDAS



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PAÍS: COMUNIDADE EUROPEIA

BUCE SP
12 11 15



RELATÓRIO DE MARCAS

CLIENTE: NATURAL ONE S.A.

Pág3

PROCESSO: 8959769 DT DEP: 17/03/2010 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 17/03/2020
MARCA: CAMPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 30-SOBREMESAS GELADAS, CONSISTINDO EM FRUTA E NATAS OU SUCEDÂNEOS DE NATAS.
32-CERVEJAS, ÁGUAS MINERAIS E GASOSAS E OUTRAS BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS; BEBIDAS DE FRUTA E SUMOS DE FRUTA; XAROPES E OUTRAS PREPARAÇÕES PARA BEBIDAS.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A. PAÍS: COMUNIDADE EUROPEIA



PROCESSO: 8960155 DT DEP: 17/03/2010 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 17/03/2020
MARCA: CAMPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 30-SOBREMESAS GELADAS, CONSISTINDO EM FRUTA E NATAS OU SUCEDÂNEOS DE NATAS.
32-CERVEJAS, ÁGUAS MINERAIS E GASOSAS E OUTRAS BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS; BEBIDAS DE FRUTA E SUMOS DE FRUTA; XAROPES E OUTRAS PREPARAÇÕES PARA BEBIDAS.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A. PAÍS: COMUNIDADE EUROPEIA



PROCESSO: 9268434 DT DEP: 23/07/2010 CLASSE: 30 TIPO: NOMIN VIGÊNCIA: 23/07/2020
MARCA: CAMPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA.
ESPECÍFIC: 30-SOBREMESAS GELADAS, CONSISTINDO EM FRUTA E NATAS OU SUCEDÂNEOS DE NATAS.
32-CERVEJAS, ÁGUAS MINERAIS E GASOSAS E OUTRAS BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS; BEBIDAS DE FRUTA E SUMOS DE FRUTA; XAROPES E OUTRAS PREPARAÇÕES PARA BEBIDAS.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A. PAÍS: COMUNIDADE EUROPEIA

Total de registros: 15

JUL 05 SP
12 11 15



RELATÓRIO DE MARCAS

CLIENTE: NATURAL ONE S.A.

Pág.1

PROCESSO: 829077928 DT. DEP.: 02/05/2007 CLASSE: 33 TIPO: NÔMEN VIGÊNCIA: 22/10/2023
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO A NULIDADE ADMINISTRATIVA
ESPECÍFIC: BEBIDAS ALCOÓLICAS (CAIPIRINHA E OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS INSERIDAS NA CLASSE)

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 829077936 DT. DEP.: 02/05/2007 CLASSE: 33 TIPO: NÔMEN VIGÊNCIA: 18/01/2021
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: RENOVAR DENTRO DO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA
ESPECÍFIC: COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS (CAIPIRINHA E OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS)

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 830029176 DT. DEP.: 19/12/2008 CLASSE: 33 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: SUSPENSO A ANÁLISE DO PROCESSO DEVIDO PED ANTERIOR
ESPECÍFIC: BEBIDAS ALCOÓLICAS CONTENDO FRUTAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS/CAIPIRINHA E OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS ENQUADRADAS NA CLASSE.

CAIPI ONE

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 830029184 DT. DEP.: 19/12/2008 CLASSE: 33 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: SUSPENSO A ANÁLISE DO PROCESSO DEVIDO PED ANTERIOR
ESPECÍFIC: BEBIDAS ALCOÓLICAS CONTENDO FRUTAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS/CAIPIRINHA E OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS ENQUADRADAS NA CLASSE.

CAIPI ONE

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 830029222 DT. DEP.: 19/12/2008 CLASSE: 35 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 31/03/2025
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: DEFERIMENTO
ESPECÍFIC: COMERCIALIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS/CAIPIRINHA E OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS; COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS EM FRANQUIAS.

CAIPI ONE

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 830029230 DT. DEP.: 19/12/2008 CLASSE: 35 TIPO: MISTA VIGÊNCIA: 31/03/2025
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: DEFERIMENTO
ESPECÍFIC: COMERCIALIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS/CAIPIRINHA E OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS; COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS EM FRANQUIAS.

CAIPI ONE

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

JUCESP
12 11 13



RELATÓRIO DE MARCAS

CLIENTE: NATURAL ONE S.A.

Pág.3

PROCESSO: 902424149 DT. DEP.: 17/03/2010 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: SUSPENSO A ANÁLISE DO PROCESSO DEVIDO PED ANTERIOR
ESPECÍFIC.: SORVETES; GELADOS COMESTÍVEIS; PÓS PARA PREPARAR SORVETES; PÓS PARA PREPARAR GELADOS COMESTÍVEIS; PÓ PARA FABRICAÇÃO DE DOCE.



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 902424190 DT. DEP.: 17/03/2010 CLASSE: 33 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: SUSPENSO A ANÁLISE DO PROCESSO DEVIDO PED ANTERIOR
ESPECÍFIC.: BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJA), CONTENDO FRUTAS E DESTILADAS



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 904555550 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 29 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: COMPOSTAS, FRUTAS CONGELADAS, FRUTAS CONSERVADAS EM ÁLCOOL, FRUTAS EM CONSERVA, FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS EM CONSERVA, PEDAÇOS DE FRUTA, POLPAS DE FRUTAS, PURÊ DE MAÇÃ.



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 904555569 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: GELADOS COMESTÍVEIS, PÓS PARA PREPARAR GELADOS COMESTÍVEIS, SORVETES, PÓS PARA PREPARAR SORVETES, PÓ PARA FABRICAÇÃO DE DOCE.



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 904555577 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 31 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES FRESCOS.



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 904555585 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 32 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS À BASE DE FRUTA, BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS, BEBIDAS À BASE DE SORVETES, SUCO DE FRUTA, BEBIDA ENERGÉTICA NÃO ALCOÓLICA, POLPA DE FRUTA E DE LEGUME PARA BEBIDA.



TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

JUCESP
12 11 15



RELATÓRIO DE MARCAS

CLIENTE: NATURAL ONE S.A.

Pág4

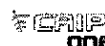
PROCESSO: 90455593 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 33 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJA), BEBIDAS ALCOÓLICAS CONTENDO FRUTAS, BEBIDAS
DESTILADAS, ESSÊNCIAS ALCOÓLICAS, ESSÊNCIA ALCOÓLICA PARA FABRICAR BEBIDAS, PÓ PARA
CAIPIRINHA.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.



PROCESSO: 90455607 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 29 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: COMPOSTAS, FRUTAS CONGELADAS, FRUTAS CONSERVADAS EM ÁLCOOL,
FRUTAS EM CONSERVA, FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS EM CONSERVA, PEDACOS DE FRUTA,
POLPAS DE FRUTAS, PURÊ DE MAÇÃ.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.



PROCESSO: 90455615 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 30 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: GELADOS COMESTÍVEIS, PÓS PARA PREPARAR GELADOS COMESTÍVEIS, SORVETES, PÓS PARA
PREPARAR SORVETES, PÓ PARA FABRICAÇÃO DE DOCE.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.



PROCESSO: 90455623 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 31 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES FRESCOS.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.



PROCESSO: 90455631 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 32 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS À BASE DE FRUTA, BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS, BEBIDAS À BASE DE
SORVETES, SUCO DE FRUTA, BEBIDA ENERGÉTICA NÃO ALCOÓLICA, POLPA DE FRUTA E DE
LEGUME PARA BEBIDA.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.



PROCESSO: 90455690 DT. DEP.: 27/02/2012 CLASSE: 33 TIPO: MISTA VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPI ONE
SITUAÇÃO: MANIFESTAÇÃO À OPOSIÇÃO
ESPECÍFIC.: BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO CERVEJA), BEBIDAS ALCOÓLICAS CONTENDO FRUTAS, BEBIDAS
DESTILADAS, ESSÊNCIAS ALCOÓLICAS, ESSÊNCIA ALCOÓLICA PARA FABRICAR BEBIDAS, PÓ PARA
CAIPIRINHA.
TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.



JUCESP
12 11 15



RELATÓRIO DE MARCAS

CLIENTE: NATURAL ONE S.A.

Pág.5

PROCESSO: 902604481 DT. DEP.: 14/05/2010 CLASSE: 32 TIPO: NOMIN VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPIONE
SITUAÇÃO: PEDIDO DE PROSECIMENTO
ESPECIFIC.: BEBIDAS À BASE DE SORVETES; BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS; BEBIDAS NÃO-ALCOÓLICAS À BASE
DE SUCO DE FRUTA; POLPA DE FRUTA E DE LEGUME PARA BEBIDA; SUCO DE FRUTA.

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 902604759 DT. DEP.: 14/05/2010 CLASSE: 30 TIPO: NOMIN VIGÊNCIA: 30/06/2025
MARCA: CAIPIONE
SITUAÇÃO: NOTIFICAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DOCUMENTO OFICIAL
ESPECIFIC.: SORVETES; PÓS PARA PREPARAR SORVETES; GELADOS COMESTÍVEIS; PÓS PARA PREPARAR
GELADOS COMESTÍVEIS; PÓ PARA FABRICAÇÃO DE DOCE.

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

PROCESSO: 903725380 DT. DEP.: 08/06/2011 CLASSE: 33 TIPO: NOMIN VIGÊNCIA:
MARCA: CAIPIONE
SITUAÇÃO: SUSPENSO A ANÁLISE DO PROCESSO DEVIDO PED ANTERIOR
ESPECIFIC.: BEBIDAS ALCOÓLICAS [EXCETO CERVEJA], BEBIDAS ALCOÓLICAS CONTENDO FRUTAS, BEBIDAS
DESTILADAS, ESSÊNCIAS ALCOÓLICAS, ESSÊNCIA ALCOÓLICA PARA FABRICAR BEBIDAS, PÓ PARA
CAIPIRINHA.

TITULAR: NATURAL ONE S.A.
INTERESSADO: NATURAL ONE S.A.

Total de registros: 27